

BOAS PRÁTICAS



A importância de dar um passo adiante

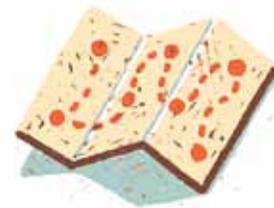
Relatório norte-americano propõe iniciativas coordenadas e mais ambiciosas para enfrentar a má conduta científica

As Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos lançaram um relatório no dia 11 de abril em que convocam a comunidade científica norte-americana a aperfeiçoar, de modo coordenado e coletivo, suas práticas e políticas relacionadas à integridade na pesquisa, investigando de modo sistemático todos os indícios de má conduta e lançando ações educativas eficazes que atinjam desde estudantes de graduação até líderes de grupos de pesquisa. Intitulado *Promovendo a integridade na pesquisa*, o documento tem 285 páginas e faz 11 recomendações (*ver quadro*). Em comum, as sugestões partem da premissa de que o esforço atual para sustentar um ambiente científico mais transparente e ético não tem sido suficiente – uma evidência disso seria a disseminação de desvios, que em alguns casos demoraram muitos anos para serem detectados, e de artigos científicos retratados nos últimos tempos.

Os 13 pesquisadores que produziram o relatório propõem que sejam dados passos adiante. A primeira recomendação da lista resume essa preocupação e sugere que todos os atores envolvidos na atividade de pesquisa – cientistas,

universidades, agências, sociedades e editoras científicas – ampliem e atualizem suas práticas e estratégias para responder aos riscos identificados no relatório. “Evidências acumuladas nas últimas décadas e particularmente nos últimos anos indicam fortemente que o fracasso em definir e dar respostas enfáticas à má conduta científica constitui ameaça significativa à atividade de pesquisa”, alerta o documento.

O texto também aconselha ações coordenadas contra problemas que já são enfrentados, mas não ainda de modo eficiente. Um deles é a recomendação para que cada uma das sociedades científicas estabeleça regras claras e específicas relacionadas à atribuição de autoria em artigos científicos. De acordo com o relatório, as convenções relacionadas a esse assunto são hoje definidas de forma ainda descentralizada e variam entre instituições e periódicos. Estabelecer parâmetros comuns para cada disciplina ajudaria a orientar decisões corretas em laboratórios e no âmbito de colaborações científicas. O texto reitera que deve ser condenada de modo enfático a inclusão, no rol de autores, de indivíduos que não fizeram contribuições intelectuais significativas para o artigo científico.



Outra recomendação de destaque é a criação de um grande conselho consultivo independente e sem vínculos com o governo, formado por representantes de universidades e organizações de pesquisa. As funções do órgão não seriam executivas nem investigativas – a ideia é criar uma caixa de ressonância capaz de refletir sobre os problemas, mediar divergências e dar orientação para as instituições científicas, principalmente as de menor porte. Segundo o bioengenheiro Robert Nerem, presidente do comitê que produziu o relatório e professor emérito do Instituto de Tecnologia da Geórgia, é hora de criar uma instância que garanta a autorregulação das instituições científicas, antes que o Congresso norte-americano, que na legislatura atual tem emitido alguns sinais de hostilidade ao mundo da ciência, resolva criar novas leis sobre integridade científica. “Alguns legisladores são campeões em assuntos de pesquisa, mas eu fico muito desconfiado sobre o que poderá sair dali. Não creio que o Congresso vá considerar os melhores interesses da ciência”, disse Nerem à revista *Science*.

O relatório faz críticas a iniciativas no campo da educação talhadas para cumprir obrigações legais, mas que seriam insuficientes para produzir resultados concretos, como o treinamento on-line envolvendo temas de integridade científica. Também considera que várias instituições têm sido débeis no enfrentamento de casos de má conduta. Num apêndice, alguns escândalos recentes são analisados, entre os quais um que envolveu dois pesquisadores da Universidade de Duke: Anil Potti e Joseph Nevins. Eles propuseram um método que seria capaz de prever a evolução de pacientes com câncer pulmonar e uma técnica para prever qual quimioterapia seria mais eficaz em cada vítima de câncer de pulmão, de mama ou de ovário. Apesar do alerta de outros pesquisadores de que não foi possível reproduzir os resultados apresentados, a universidade se contentou com as explicações de Potti e Nevins e liberou ensaios clínicos com as técnicas em fevereiro de 2010. Meses mais tarde, Potti deixou a

As 11 recomendações

Novas propostas das Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos*

- ◆ Pesquisadores, instituições, agências de fomento, revistas e sociedades científicas devem atualizar e melhorar suas práticas para responder às ameaças à integridade científica.
- ◆ As instituições científicas devem manter padrões elevados de integridade que não se limitem a seguir regulamentos federais em investigações de casos de má conduta e em outras áreas.
- ◆ Instituições e agências devem garantir que os responsáveis por denúncias feitas de boa-fé sejam protegidos e que as suspeitas relacionadas sejam investigadas de forma justa e rápida.
- ◆ Um Conselho Consultivo de Integridade Científica deve ser criado como órgão independente para partilhar experiências e estimular o aperfeiçoamento do ambiente de pesquisa.
- ◆ Sociedades e revistas devem estabelecer regras de atribuição da autoria de artigos comuns para cada disciplina, vetando a inclusão de nomes que não contribuam com os resultados.
- ◆ Agências e publicações devem garantir que dados brutos de pesquisas sejam disponibilizados em quantidade suficiente para que os resultados sejam reproduzidos por outros grupos.
- ◆ Órgãos financiadores devem alocar recursos que permitam armazenar a longo prazo conjuntos de dados de uma pesquisa para que seus achados possam ser replicados.
- ◆ Para permitir uma avaliação eficaz, pesquisadores devem tornar públicos todos os resultados estatísticos de seus experimentos, incluindo os negativos.
- ◆ Governo, fundações e agências devem financiar estudos para avaliar a integridade do ambiente científico e utilizar seus resultados para monitorar e modificar práticas e regulamentos.
- ◆ Pesquisadores, instituições e agências devem aperfeiçoar suas ações educativas e seus programas que promovam a integridade científica, e adotá-los em todas as disciplinas e lugares.
- ◆ Instituições e indivíduos envolvidos em colaborações internacionais devem aproveitar as parcerias para promover a integridade científica e compartilhar boas práticas de pesquisa.

* O RELATÓRIO COMPLETO ESTÁ DISPONÍVEL EM WWW.NAP.EDU/21896

universidade, acusado de roubar dados de outros pesquisadores. “Não sei se Duke mudou suas práticas, mas não ficaria surpreso se esse problema se repetisse”, criticou Nerem. Segundo ele, a melhor forma de evitar incidentes desse tipo é transformar em prioridade o treinamento sobre má conduta em todas as instituições de pesquisa e universidades – e o conselho consultivo poderia ajudar nessa tarefa.

O comitê responsável pelo relatório começou a trabalhar em 2012, com o objetivo de atualizar um documento lançado há 25 anos pelas Academias Nacionais, intitulado *Ciência responsável*. Segundo Nerem, a ideia de apenas atualizar o texto foi abandonada após as primeiras reuniões. “Percebemos que o desafio era ter um novo olhar sobre a integridade científica”, contou o pesquisador, referindo-se às transformações que ocorreram no ambiente de pesquisa e no notável crescimento da produção científica

nos últimos anos. Enquanto o texto anterior enfatizava a responsabilidade individual dos pesquisadores, o novo trata do conjunto das instituições científicas. “Em vez da narrativa da maçã podre, mudamos o foco para a cesta inteira das maçãs”, explicou a pesquisadora C. K. Gunsulus, membro do comitê e chefe do Centro Nacional de Ética Profissional e de Pesquisa da Universidade de Illinois, de acordo com o site de notícias NPR.

O relatório de 1992 foi encomendado após a eclosão de uma série de escândalos e acelerou a criação do Escritório de Integridade Científica (ORI, em inglês), que consolidou duas estruturas já existentes. O ORI investiga acusações de má conduta em pesquisas biomédicas financiadas com recursos federais. A National Science Foundation (NSF), agência de fomento à pesquisa básica, também tem uma instância própria para julgar casos de má conduta entre os projetos que financia.

Chantagem e propostas antiéticas

O Committee on Publication Ethics (Cope), fórum de editores científicos com sede em Londres que é referência em temas ligados à integridade científica, detectou o que pode ser um tipo emergente de golpe: a ação fraudulenta de empresas e instituições que se propõem a ajudar pesquisadores a publicar artigos científicos ou prestam consultoria sobre ética na pesquisa. O Cope está pedindo a pesquisadores de todo o mundo que enviem relatos de eventuais chantagens e constrangimentos impostos por tais organizações. “Não vamos investigar casos individualmente, mas gostaríamos de compreender a extensão do problema”, informou um anúncio publicado no site do fórum (www.publicationethics.org).

O alerta foi dado em março, num texto publicado no site Retraction Watch por um grupo de quatro pesquisadores liderado por Chris Graf, vice-presidente do Cope, que apresentou várias denúncias. Uma delas envolvia uma empresa chinesa de redação científica que propôs a Richard Holt, editor da revista *Diabetic Medicine*, um “negócio colaborativo” – ele receberia US\$ 1 mil por artigo aceito para publicação. O e-mail da empresa argumentava que era difícil para médicos chineses publicarem em revistas de prestígio, em virtude das barreiras linguísticas, e pedia que Holt usasse sua influência para facilitar o caminho dos manuscritos. O editor respondeu que a proposta era antiética e a comunicaria ao Cope.

Em outro caso, Tamara Welschot, diretora de integridade científica da editora Springer Nature, relatou a reclamação de um pesquisador chinês que foi alvo de ameaças. Ele recebeu um e-mail de uma organização “que trabalha na promoção da ética na pesquisa científica”, alertando que haviam sido encontradas

evidências de falsificação em imagens publicadas num artigo de autoria do pesquisador e insinuando que o Ministério da Educação e a Academia Chinesa de Ciências se interessariam em saber do caso. O pesquisador não respondeu, mas logo recebeu outra mensagem, com chantagem explícita. “Você decidiu ignorar o nosso e-mail. Antes de investigar todas as suas publicações, gostaríamos de lhe dar uma chance”, dizia o remetente, que exigia o pagamento de US\$ 2 mil num prazo máximo de dois dias. Uma investigação mostrou que o site da entidade era falso.

Por fim, Matt Hodgkinson, coordenador de integridade científica da editora Hindawi, recebeu um e-mail de alguém que se apresentava como um negociante de *papers* da Rússia e parecia não ter ideia de como funciona a revisão por pares em revistas científicas. Informava que sua empresa tinha a meta de publicar entre 500 e 1.500 *papers* em 2017 e oferecia “artigos pré-selecionados



de alta qualidade” que poderiam “ser escritos pelos principais cientistas da Rússia”. A certa altura, perguntava: “Quais são as condições e prazos? Aceita pagamentos via PayPal?”, referindo-se ao sistema de transferência de dinheiro que passa ao largo dos cheques e dos boletos bancários. Hodgkinson também enviou o caso ao Cope.

Paper inspirado em seriado de comédia

O norte-americano John McCool é dono de uma empresa de redação científica e já escreveu ensaios criticando as revistas predatórias, aquelas que aceitam publicar *papers* apenas em troca de dinheiro, sem avaliar sua qualidade. Nem por isso escapou do assédio dessas mesmas revistas. Embora não seja médico, foi convidado a submeter artigos à revista *Urology & Nephrology Open Access Journal*. McCool escreveu um estudo de caso de uma doença chamada “uromycitisis”, cujas vítimas seriam obrigadas a urinar sempre que tivessem vontade, mesmo em locais públicos, caso contrário poderiam morrer.

O artigo, assinado por um certo dr. Martin van Nostrand, foi aceito para publicação com a cobrança de uma taxa de US\$ 799. A uromycitisis pertence ao mundo da ficção. Foi criada pelo comediante Jerry Seinfeld em um episódio de 1991 de seu seriado de TV, em que ele precisava inventar uma desculpa para o policial que o flagrou urinando numa garagem. Já Martin van Nostrand foi um pseudônimo criado por outro personagem da série, que finge ser médico em alguns episódios. “Uma busca no Google à doença e ao médico levaria a milhares de referências ao seriado”, disse McCool à revista *The Scientist*.